



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10945.000303/2009-62
<b>Recurso nº</b>	885.942 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1802-001.101 – 2ª Turma Especial</b>
<b>Sessão de</b>	18 de janeiro de 2012
<b>Matéria</b>	SIMPLES - EXCLUSÃO
<b>Recorrente</b>	KAGIVA INDÚSTRIA DE BOLAS LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Ano-calendário: 2003 a 2007

EXCLUSÃO AO SIMPLES. RECEITA BRUTA DECLARADA EM LIVRO DIÁRIO OU LIVRO RAZÃO.

Não tendo o contribuinte usufruído da opção estabelecida pela Lei nº 9.317/96, art. 7º, § 1º, no que concerne à dispensa da escrituração comercial, não se vislumbra qualquer transgressão ao comando contido no art. 18 da mesma lei o fato de a auditoria ter se baseado em informações contidas no Livro Razão, fornecido pelo contribuinte, para apurar a receita bruta auferida no período de 2003 a 2007.

#### EXCLUSÃO DO SIMPLES. DECADÊNCIA

A alegação de que já teria ocorrido a preclusão do direito de a Fazenda Pública exigir eventuais créditos tributários, que poderiam ser lançados em razão da exclusão do SIMPLES, não tem o condão de invalidar o ato declaratório de exclusão, posto que tal instituto se aplica a questões probatórias. Eventuais alegações de decadência devem ser opostas no processo administrativo que tenha por objeto o lançamento destes créditos, caso tenham sido constituídos de ofício.

#### CORREÇÃO DOS VALORES DE RECEITA BRUTA PREVISTOS NA LEI QUE REGE O SIMPLES. INCOMPETÊNCIA.

A autoridade administrativa é incompetente para manifestar-se acerca de necessidade de correção dos valores estipulados como limite de receita bruta para efeitos de permanência no SIMPLES, sendo sua revisão atribuição exclusiva do Poder Legislativo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, em NEGAR provimento ao recurso nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Ester Marques Lins de Sousa - Presidente.

(assinado digitalmente)

Gustavo Junqueira Carneiro Leão - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ester Marques Lins de Sousa, Gustavo Junqueira Carneiro Leão, Marco Antonio Nunes Castilho, Marciel Eder Costa, José de Oliveira Ferraz Correa, Nelso Kichel.

## Relatório

Trata o presente processo de contestação pela contribuinte ao ato de sua exclusão do SIMPLES, pela DRF de Foz do Iguaçu, com efeitos retroativos à 1/1/2004, por excesso de receitas auferidas nos anos-calendários de 2003 a 2006 e no primeiro semestre de 2007.

Concomitante ao ato de exclusão foi lavrado o auto de infração de fls. 61 a 66, onde se exige R\$ 1.469,44 de multa isolada, com base no disposto na Lei nº 9.317/96, art. 13, II, "a", ao argumento de que a interessada deixou de comunicar sua exclusão ao SIMPLES, o que segundo a norma é obrigatório.

Regularmente científica, apresentou impugnação de fls. 74 e 75, onde alega em sede de preliminar que os fatos ocorridos no ano calendário de 2003 já teriam sido alcançados pela decadência o que torna impossível sua exclusão ao benefício a partir de 01/01/2004.

Em relação ao mérito alega que por ser optante do SIMPLES estava obrigada a manter apenas o Livro Caixa, de modo que os valores supostamente lançados a maior nos registros contábeis da empresa com base nos livros Diário/Razão, torna improcedente o ato declaratório de exclusão. Para isso argumenta que seria imprescindível que houvesse uma auditoria para este fim. Entende que os livros Diário/Razão são inexistentes perante a legislação do SIMPLES e que tais registros sem outros documentos são tidos como não escriturados, não se podendo falar em faturamento superior ao permitido na legislação.

Aduz ainda a necessária correção dos valores de receita bruta previstos na Lei nº 9.317/96 e, mais uma vez pede que seja declarado improcedente o ato atacado.

A DRJ de Curitiba-PR, por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade da contribuinte, através do acórdão nº 06-26.036 (fls. 80 a 82v), em 1/04/2010, mantendo a integralidade do crédito tributário.

Inconformada com essa decisão, da qual tomou ciência em 25/05/2010, a Contribuinte apresentou Recurso Voluntário de fls. 87 a 94, onde reitera as mesmas razões de sua impugnação.

Este é o Relatório.

**Voto**

Conselheiro Gustavo Junqueira Carneiro Leão, Relator.

O recurso é tempestivo e dotado dos pressupostos para a sua admissibilidade, portanto dele tomo conhecimento.

A Recorrente aderiu a sistemática de apuração do SIMPLES em 01/01/2000, tendo sido excluída posteriormente por ter auferido receitas em montante superior àquele previsto na legislação que rege o benefício nos anos-calendários de 2003 a 2006 e no primeiro semestre de 2007.

Em sua defesa a contribuinte afirma que os fatos ocorridos no ano de 2003 já teriam sido afetados pela decadência; que por estar desobrigada de manter Livro Razão os registros ali efetuado não poderiam dar suporte à sua exclusão da sistemática de apuração; que seria necessária a realização de uma auditoria; e, por fim, que os valores estipulados na norma como limite de receita anual deveriam ser corrigidos para contemplar os efeitos inflacionários.

Com base nesta argumentação pediram pela improcedência do ato e pelo afastamento da exigência da multa isolada.

**A) PRELIMINAR DE DECADÊNCIA**

O argumento de que o direito de a Fazenda Pública em efetuar sua exclusão do SIMPLES estava precluso, uma vez que já havia se passado mais de cinco anos do fato gerador quando o ato foi emitido, não pode e nem deve prosperar.

Trata-se de argumento totalmente infundado. Em primeiro lugar, a preclusão invocada pela Recorrente com fundamento no Decreto nº 70.235/72, art. 16, como já atacado pela DRJ, é impertinente matéria. Tal dispositivo é aplicável a questões probatórias e só diz respeito à forma como o contribuinte deve formular sua defesa por ocasião da impugnação.

Não há relação alguma entre o direito, ou poder-dever, do Fisco executar ato de ofício, que diga-se de passagem são irrenunciáveis, tendo em vista do princípio da indisponibilidade e da legalidade que revestem os atos administrativos em geral e a alegação da contribuinte. Assim, uma vez que a lei tributária prevê o ato de exclusão de ofício na Lei nº 9.317/96, art. 14, não pode a autoridade renunciar ao ato, tendo sua atividade administrativa plenamente vinculada.

Em sentido contrário temos a constituição do crédito tributário, dada através do lançamento, que tem previsão legal de extinção quando passados os cinco anos, em conformidade com o que dispõem os artigos 156 e 173 do CTN, *in verbis*:

*"Art. 156. Extinguem o crédito tributário:*

*"Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;*

*II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado."*

Pelo exposto, decadência constitui-se num óbice à autoridade fiscal para efetuar o lançamento do tributo, eis que se refere à perda do direito de o Fisco constituir o crédito tributário. Não pode este instituto, como quer a Reclamante, ser suscitado para afastar constatação de situações configuradoras de vedação à permanência no SIMPLES. Sendo assim, julgo pelo afastamento da preliminar suscitada pela Reclamante.

## B) MÉRITO

### B.1) AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A EXCLUSÃO

O contribuinte argumenta que, não estando obrigada a manter escrituração regular, a autoridade fiscal não poderia tomar os valores escriturados no Livro Diário / Razão para apurar o montante da receita bruta auferida no período.

Nesse aspecto a Lei nº 9.317/96 que dispõe sobre o regime tributário de microempresas e empresas de pequeno porte em seu artigo 7º determina que:

*Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.*

*§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:*

*a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;*

*b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;*

*c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.*

*§ 2º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001  
Autenticado digitalmente em 31/01/2012 por GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEA, Assinado digitalmente em  
31/01/2012 por GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEA, Assinado digitalmente em 31/01/2012 por ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

Impresso em 31/01/2012 por ANDREA FERNANDES GARCIA

*obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.*

Assim, de acordo com a Recorrente, a empresa de pequeno porte inscrita no Simples não estaria obrigada a escriturar o Livro Diário desde que escriturasse o Livro Caixa com toda a sua movimentação financeira.

No caso em tela, após ser intimado a apresentar o Livro Diário ou o Livro Caixa, o contribuinte apresentou o Livro Diário, cuja cópia encontra-se anexada às fls. 07-21 e 41-60, o que não pode, nem deve, ser desconsiderado pela autoridade fiscal. Cibia a Recorrente se utilizar de sua faculdade de não escriturar o Livro, ou escriturando, não tratá-lo como documento oficial. Uma vez que foram apresentados os Livros Diários devidamente registrados na Junta Comercial do Paraná, a contribuinte constituiu espontaneamente prova contra si, documento este que não pode ser desconsiderado.

#### B.2) NECESSIDADE DE AUDITORIA PARA FINS DE EXCLUSÃO

Descabe a alegação da Recorrente que sua receita bruta deveria estar amparada por uma auditoria posto que as informações foram obtidas através da escrituração em livro oficial. A auditoria só seria pertinente e necessária caso houvesse alguma argumentação, por parte do sujeito passivo, que trouxesse indícios de que as informações lá contidas não seriam exatas.

#### B.3) ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA RECEITA BRUTA CONTIDAS NA NORMA LEGAL

Por fim, quanto a necessidade de revisão dos valores previsto na Lei nº 9.317/96, relativamente ao montante de receita bruta admitida para a permanência do contribuinte no SIMPLES, entendo que foge a competência do julgador administrativo, devendo este estar restrito aos limites ali previstos. É atribuição do Poder Legislativo a revisão dos valores estabelecidos através de lei em sentido estrito.

### C) CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto por afastar a preliminar de decadência e no mérito julgar improcedente o recurso voluntário contra o ato de exclusão emitido pela DRF e, por via de consequência, manter a exigência da multa isolada.

(assinado digitalmente)

Gustavo Junqueira Carneiro Leão

CÓPIA